

Com o Secretário-Chefe da Casa Militar da Governadoria,

Coronel Maurício Tortato

O diálogo é a nossa maior força

por Samuel Milléo Filho

A greve dos caminhoneiros foi um momento crítico e um desafio à estrutura de segurança do Estado, afirma o coronel

“Um amigo, mas, quando necessário, é severo e assertivo nas suas observações.” Assim um dos subordinados define o Coronel Maurício Tortato, atual Secretário-Chefe da Casa Militar do Governo do Paraná e que, de forma proativa, conduziu os trabalhos como coordenador do Gabinete de Crise junto à Defesa Civil, durante a mobilização dos caminhoneiros que, por dez dias, praticamente parou todo o estado. Natural de Curitiba, entrou na Polícia Militar do Paraná em 1985 e se formou pela Academia Policial Militar do Guatupê em 1987. Em 1997, colou grau na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Atuou em diversas Unidades da Polícia Militar, na capital e interior do estado. Entre outras funções desempenhadas, foi Comandante do 17º BPM, em São José dos Pinhais, Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública, Chefe do Estado-Maior e Comandante-Geral da PMPR.

Gostaríamos de saber da sua trajetória de vida. Onde começou a vocação pela vida de policial militar?

Ingressei em 1978 no Colégio da Polícia Militar, onde acredito ter desenvolvido esta identificação com a corporação. Em fevereiro de 1985 fui aprovado na Academia Policial Militar do Guatupê, onde por três anos fiz o curso de formação de oficiais. Sinto orgulho em dizer que tive um desenvolvimento de carreira focado no interesse da defesa do interesse público e do cidadão. Trabalhei na capital e no interior do Estado

do Paraná, Curitiba, Londrina, Maringá e Cruzeiro do Oeste. Londrina foi por mais de uma vez. Tive o privilégio de atuar em diversas funções dentro da Polícia Militar. Como oficial desempenhei função de diretor de Apoio Logístico, Comandante do 17º Batalhão, do Batalhão Metropolitano de Curitiba, Chefe do Estado-Maior, diretor-geral da Secretaria de Segurança Pública. E nos últimos três anos exerci o cargo de Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná. No dia 6 de abril recebi o convite da governadora Cida Borghetti para assumir a Casa Militar da governadoria e a Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil que é vinculado à Casa Militar e ao gabinete da governadora. Interessante que não tenho parente na polícia que pudesse ter me influenciado, mas sempre achei gratificante poder servir minha cidade, meu Estado. Sempre gostei de engenharia, pois meu pai tem uma pequena empresa de artefatos de metal, se tivesse que seguir seus passos seria engenheiro mecânico, provavelmente, mas isso ficou em segundo plano.

Qual avaliação que o senhor faz sobre a paralisação dos caminhoneiros e o trabalho da Defesa Civil?

Foi um momento emblemático na minha carreira policial. Passamos por momentos críticos de segurança, quando fomos desafiados a dar resolução rápida nesses dez dias da greve dos caminhoneiros. O apoio de todos os oficiais foi fundamental para construirmos estratégias de atuação. Os fatos causados por este mo-

vimento paredista tiveram repercussões em todas as dimensões da vida social e produtiva. Atuávamos no Comitê de Crise e na Defesa Civil 24 horas por dia para poder liberar cargas essenciais que estavam paradas nas rodovias, como medicamentos, oxigênio para hospitais e clínicas, alimentos para escolas e penitenciárias, produtos para tratamento de água, cargas vivas, insumos para ração, leite e tantas outras. Tivemos a felicidade de contar com uma equipe experiente e que atuava já algum tempo na Defesa Civil. Profissionais competentes sob a coordenação do Major Heller, que atuou com maestria na articulação de uma ampla rede de relacionamento. O apoio da governadora e de todos os demais órgãos de governo foram fundamentais para que pudéssemos chegar ao fim deste movimento, sem perdas humanas. Destaco neste processo, os policiais, o Corpo de Bombeiros, polícias rodoviárias estadual e federal, Exército Brasileiro, órgãos públicos, como a Secretaria de Segurança Pública, da Saúde, da Agricultura, Meio Ambiente, sem deixar de enaltecer as parcerias com a iniciativa privada, entre as quais a Ocepar e a Fiep, onde seus prepostos ajudaram muito na solução de tantas demandas. Posso dizer que, a partir desta situação de crise, mudou o nosso relacionamento com o setor empresarial.

Até que ponto o serviço de inteligência da Defesa Civil contribuiu para o fim da paralisação?

A partir do momento que se tem um acontecimen-

to que repercute em todas as atividades da sociedade, nenhuma pessoa isoladamente teria o condão de dominar todos os reflexos em cada um dos seus segmentos. A partir do momento em que foi criado, o Gabinete da Crise, que não era apenas um gabinete de relação virtual por internet ou por rede de WhatsApp, mas de atuação presencial, tinha os recursos de inteligência necessários para identificar as ameaças e vulnerabilidades daquilo que claramente teria uma repercussão, tanto em Curitiba, como no interior do estado. Volto a ressaltar que foi fundamental a presença de um preposto de cada entidade de governo e da Ocepar e Fiep, todos em tempo integral, nos apoiando, realizando contatos com as indústrias e cooperativas para resolver todas as demandas que surgiam. Este trabalho, aliado ao serviço de inteligência, possibilitou níveis de resposta efetivos. Quando identificávamos o problema, imediatamente articulávamos com as entidades quem poderia ajudar numa solução. E outra vantagem era que os interlocutores apresentados no interior do Paraná, tanto pelo setor produtivo como das secretarias, sempre tinham um grau de articulação e relação com a polícia, o que facilitava em muito o diálogo com as lideranças dos caminhoneiros.

O fato de o Sistema Ocepar possuir um Comitê de Monitoramento de Crise ajudou a Defesa Civil?

Não só ajudou, como foi essencial para diminuir os reais impactos, especialmente para evitar o desa- >>

“

Precisamos enaltecer as parcerias com a iniciativa privada, entre as quais a Ocepar e a Fiep, onde seus prepostos ajudaram muito na solução de tantas demandas”





Foto: Samuel Milheiro/Filtro/Comunicação Sistema Ocepar

“Essa união foi essencial para que pudéssemos estar, hoje, avaliando a situação, mas jamais festejando a resolução da crise com os caminhoneiros”

bastecimento das cidades. Isso eu reputo ao trabalho conjunto entre todas as entidades com a Defesa Civil, com pessoas capacitadas e focadas na solução dos problemas coletivos e não só do seu setor. Pessoas que se adaptaram rapidamente a uma estrutura não muito convencional de atuação do poder público com a iniciativa privada, e cada um compreendendo o papel de um e de outro na busca de soluções. Essa união foi essencial para que pudéssemos estar, hoje, avaliando a situação, mas jamais festejando a resolução da crise com os caminhoneiros.

A escolta dos comboios com alimentos foi o momento mais crítico e preocupante?

Sempre atuamos com a preocupação voltada para a segurança da ação policial. Em qualquer situação crítica semelhante, buscamos os instrumentos mais humanos e menos violentos de resolução da crise. Sentimos, em alguns momentos, uma ambiência propícia para desencadearmos um conflito mais agressivo, tanto por parte dos manifestantes como da polícia. Em outros estados tivemos registros negativos, onde o uso da força provocou consequências graves e até uma morte. Mas com a expertise da Ocepar e da Fiep, e de outros segmentos, detectamos o que seriam prioridades, como o transporte de cargas. Foi assim que discutimos com as lideranças do movimento de que

forma poderíamos atuar e chegamos ao consenso de utilizar o brasão da Defesa Civil como adesivo nos caminhões autorizados a circular durante a paralisação. Inicialmente, tivemos algumas resistências, mas contornamos essas situações também. Os primeiros comboios foram tensos, mas demonstramos nossa força para não usar a força. Em momento algum perdemos o controle sobre o processo, pelo contrário, estávamos atentos a todos os fatos e acompanhamos de perto os comboios. Outros estados pediram orientações sobre o protocolo dos adesivos que havia sido estabelecido no Paraná e que já estava repercutindo nacionalmente. Foi uma solução para evitar o caos. Imagina pensar no fato de não podermos tratar a água por falta de produtos? Isso já estava prestes a acontecer aqui no Paraná.

Foi a primeira vez a ser utilizada a estrutura da Defesa Civil para um movimento grevista?

Para este caso específico sim. Tínhamos no cenário, uma perspectiva de prolongamento dessa crise que geraria outras repercussões, assim, obrigatoriamente, haveria a necessidade de uma coordenação estadual de proteção e defesa civil e com o envolvimento de outros órgãos de governo e também com a iniciativa privada. Mas em regra, sempre atuávamos ali com desastres naturais ou pequenos desastres provocados pelo homem, na área dos chamados produtos perigosos ou de alguma repercussão ambiental. Jamais imaginávamos, há dois anos, quando o setor foi inaugurado, de que seria usado para monitorar uma mobilização de 10 dias, de forma integrada em todo o Paraná. Temos a certeza de que este fato, apesar de lamentável, nos deu credenciais para outras operações semelhantes com muito mais eficiência. Encerrada a paralisação reunimos todos os prepostos das entidades para uma avaliação, onde apontamos nossas forças, fraquezas e ameaças para podermos aperfeiçoá-las no futuro.

Num momento como esse também é importante ter um bom porta-voz?

A comunicação é essencial. Se a gente se comunica mal, uma palavra mal interpretada pode acirrar os ânimos. Pelo fato de ter sido escolhido como porta-voz do Gabinete de Crise, quando necessário, utilizei toda a experiência que tinha em relação ao tempo de trabalho voltado à área pública e nos diversos momentos críticos na área de segurança em que atuei. Mas ninguém constrói soluções sozinho. Todos os envolvidos atuaram de modo efetivo. O que prevaleceu em relação a todos os atores dessa crise, foi a dimensão do

respeito. E quem se dá o respeito, acaba sendo respeitado. Dentro desta perspectiva, comunicação é tudo. Tivemos um grau de exposição realmente muito grande, sempre atuamos de modo muito pautado a construir caminhos no processo cooperativo, de integração. Temos muito que reconhecer e agradecer a todas as entidades envolvidas e seus prepostos. Fora alguns predicados, algumas competências profissionais, algumas expertises da própria coordenação estadual da Defesa Civil, poderíamos afirmar, categoricamente, que se houve sucesso no gerenciamento dessa crise, se pauta muito pela integração, pela cooperação, pela postura absolutamente aberta e reconhecida por todos aqueles que assim atuaram, de efetivamente ninguém ser o dono da verdade, mas todos estarem do mesmo lado, buscando uma solução edificante o mais rápido e com os menores passivos possíveis.

Ainda preocupa a possibilidade de uma nova paralisação?

Não podemos desprezar a força dos caminhoneiros. Mas nesta vida em sociedade há limites para tudo. Fazíamos um acompanhamento absolutamente responsável e quando foi desencadeado o movimento, a maioria da população apoiava. Chegou a um momento em que questionávamos aonde iríamos parar se não tivesse um acordo. É claro que nos preocupa um novo movimento. É importante que os meios de comunicação, a mídia, reflita sobre a sua forma de atuação para que possamos ter um momento mais civilizado.

É evidente que iremos sempre respeitar o direito de livre manifestação, mas não se deve permitir que toda a sociedade padeça com um movimento paredista como este. Quando atuamos de maneira mais forte, porque os componentes das medidas paliativas não estavam surtindo efeito, agindo nos locais de piquetes e pretensos bloqueios, identificamos muitos caminhoneiros que já não mais concordavam com a continuidade do movimento, desejavam voltar para as suas atividades laborais, sociais e, principalmente, para sua vida familiar, mas estavam com suas liberdades de ir e vir cerceadas. Aliás, muitos relatavam que estavam sendo constrangidos e até ameaçados. Com certeza, se um novo movimento surgir ele virá com perspectivas diferentes de tudo o que ocorreu.

O senhor foi substituído pela Coronel Audilene Rosa de Paula Dias Rocha, no Comando da PMPR. Em 163 anos da corporação, nunca uma mulher havia ocupado tal função. Como o senhor vê isso?

A Coronel Audilene é da minha turma do Curso de

“
Ninguém constrói
soluções sozinho. Todos os
envolvidos no trabalho do
Gabinete de Crise atuaram
de modo efetivo. O que
prevaleceu foi a dimensão
do respeito”

Formação de Oficiais. Há mais de 30 anos a conheço, sei da sua capacidade, das suas habilidades e poderíamos atestar que, dentro de um processo de amadurecimento institucional, independentemente de gênero, ela possui total competência para chegar aonde chegou. Importante essa alternância no Comando Geral da corporação. Sob a ótica de ser a primeira mulher a assumir o Comando Geral em 163 anos de história é extremamente importante e comprova que passamos por mudanças. A primeira mulher ingressou na PM em 1978. E atualmente mais de 20% do quadro de policiais são mulheres. Portanto, há ainda muito espaço para elas na corporação.

A Polícia Militar adotou uma nova postura em ações complexas, onde antes era usada a força. Isso é uma determinação ou perfil do seu comando?

Posso afirmar, com absoluta convicção, que nenhuma instituição neste país amadureceu e cresceu tanto no plano comunitário e cidadão como a Polícia Militar do Paraná. Tenho convicção de que essas ações de integração comunitária são prevalentes a todas às pautadas pela violência. Hoje, em média, atendemos cerca de três mil ocorrências por mês. E todo o efetivo é orientado, antes do uso da força, a sempre usar o diálogo e diminuir, ao máximo, os riscos para os cidadãos e também para o próprio policial. Cada vez mais participamos de ações cidadãs, comunitárias e sociais, onde procuramos promover a dignidade humana. Uma dedicação muito grande daquele homem ou mulher que jura perante à Bandeira Nacional a doar seu próprio sangue, sua vida pela segurança da sociedade, para o cumprimento da lei. Portanto, o diálogo é a nossa maior força hoje. Por isso, temos muito o que >>

comemorar, muito que aperfeiçoar e reconhecer que sempre é possível avançar e fazer ainda melhor.

Algumas cooperativas do estado realizam ações de prevenções ao uso de drogas com palestras de policiais militares.

Esta é uma relação muito importante que fazemos com a comunidade há mais de uma década e com sucesso. Hoje o Proerd - Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência cresceu muito e temos várias parcerias com cooperativas, empresas paranaenses, facilitadoras para que possamos levar a mensagem da prevenção. Nosso entendimento é que a atividade de segurança pública não seria só uma atividade de polícia, naquela concepção mais repressiva de reagir contra o crime. É muito importante construirmos o entendimento da preservação da ordem pública, obrigação de atuar naquilo que chamamos de prevenção primária, impedindo que os jovens ingressem no mundo das drogas e da violência. Esse programa entra dentro da comunidade escolar se dirigindo às crianças e ao pré-adolescente para ensiná-lo a dizer não às drogas e a violência e, mais do que isso, criar uma identidade muito edificante, muito construtiva entre o policial militar e a criança, a qual passa a respeitar as instituições, os valores da polícia, do policial. Além do Proerd, destaco o trabalho eficiente da Patrulha Comunitária, atuação não só dirigida ao adolescente, ao jovem, ao estudante, mas a toda comunidade escolar e inclusive aos pais, funcionários das escolas e direção, professores, alunos. Faz parte desta ação nossos policiais ministrarem palestras sobre a cultura da paz, creio que isso é muito edificante. A partir desses exemplos, e muitos outros emblemáticos, posso afirmar, sem medo de errar, que a política de prevenção ao tráfico de drogas no Brasil mais consistente que temos é o Proerd. Dessa experiência de atuação na prevenção primária, por exemplo, hoje o Corpo de Bombeiros já tem atuações comunitárias muito consistentes, através das brigadas escolares em que profissionais vão nas escolas e ensinam sobre o uso dos equipamentos básicos para combater um

“
Pela experiência de 35 anos na PM, onde conseguimos ter uma integração com os vários segmentos da sociedade, os resultados são muito mais efetivos”

princípio de incêndio, formam brigadistas funcionários das escolas, orientam aspectos de prevenção em caso de pânico. Serviço este que garante uma sociedade mais segura, pautada pela cultura da paz em todas as dimensões da complexidade da vida social.

Outra questão que interessa ao setor cooperativista é com relação aos furtos de defensivos e equipamentos agrícolas. Qual é a estratégia adotada pela PM para diminuir essas ocorrências?

A atividade de segurança é uma das áreas críticas de atuação de Estado. Quando a gente fala área crítica é imaginar que não vamos nunca ter por si só, as condições ideais para darmos as respostas necessárias, seja para evitar o crime ou elucidá-lo quando ele ocorrer e retirar do convívio social aqueles que perpetram esses fatos. Nesse tocante, em especial as áreas de fronteira, nas comunidades rurais, a única forma que temos de minimizar os efeitos da atuação criminal é combatê-lo com maior efetividade, estabelecendo parcerias com as pessoas de bem. Pela experiência de 35 anos bem vividos na polícia militar, em todas as regiões do Estado, seja com os segmentos da sociedade organizada, seja com a classe empresarial, seja com as cooperativas, com quem nós conseguimos ter, no interior do Estado, grandes e profícuas experiências, e conseguiu trabalhar esse processo de integração, os resultados foram muito mais efetivos. Muitas estruturas das cooperativas, onde armazenam fertilizantes, sementes e outros materiais, estão integrados com nossos destacamentos, companhia ou batalhão, com instrumentos de acionamento de alarmes, e os resultados são positivos. Cito como exemplo as parcerias com a Coopavel e Cocamar, que são duas grandes cooperativas do Estado do Paraná, onde realmente o trabalho possibilitou a diminuição de índices de ocorrências e com níveis de respostas efetivos, seja na prisão de marginais ou na recuperação de produtos que tenham sido roubados ou furtados das cooperativas e dos produtores rurais. ■